

Pena capital - Panfleto do Sr. Cobden - Regulações do Banco da Inglaterra*

Karl Marx

Londres, 21 de janeiro de 1853 (NYT, 9 de fevereiro de 1853)

Sob a rubrica “Enforcamentos amadores”, o *Times* de 25 de janeiro tece as considerações seguintes:

Frequentemente se observou que, em nosso país, toda execução pública é geralmente seguida de perto da ocorrência de mortes por enforcamento, quer suicídios quer acidentais, em consequência do poderoso efeito que a execução de um criminoso famoso produz sobre uma mente mórbida e imatura.

Entre os vários casos que o *Times* cita em apoio de sua observação, um deles é aquele do lunático de Sheffield, que, após ter comentado com outros lunáticos a execução de Barbour, pôs fim a sua existência se enforcando. Outro caso é aquele de um jovem de 14 anos, o qual também se enforcou.

A doutrina a que a enumeração desses fatos se destinava a dar apoio, aquela que nenhum homem razoável poderia adivinhar, é nada menos que a apoteose direta do carrasco, enquanto a pena capital é exaltada como a *ultima ratio* da sociedade. Isto é feito no principal artigo do “principal jornal”.

O *Morning Advertiser*, com algumas restrições amargas, mas justas, critica a lógica sanguinária do *Times* e sua predileção pelo enforcamento e traz os seguintes dados interessantes acerca de 43 dias do ano de 1849:

| Execuções de: | Assassinatos e suicídios: |
|-------------------------------|--|
| Milan..... 20 de março | Hannah Sandles..... 22 de março M. G. Newton..... 22 de março |
| Pulley..... 26 de março | J. G. Gleeson - 4 assassinatos em Liverpool..... 27 de março |
| Smith..... 27 de março | Assassinato e suicídio em Leicester..... 2 de abril |
| Howe..... 31 de março | Envenenamento em Bath..... 7 de abril W. Bailey..... 8 de abril |
| Landick..... 9 de abril | J.Ward assassina sua mãe..... 13 de abril |
| Sarah Thomas..... 13 de abril | Yardley..... 14 de abril Doxey, parricida..... 14 de abril J. Bailey mata suas duas crianças e a si mesmo.... 17 de abril |
| J. Griffiths..... 18 de abril | Charles Overton..... 18 de abril |
| J. Rush..... 21 de abril | Daniel Holmsden..... 2 de maio |

* Escrito em Londres, em 21 de janeiro de 1853 e publicado no *New York Times* em 9 de fevereiro de 1853. In: *Marx & Engels Collected Works*, v. 11. London: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 495-505. Traduzido por Antônio José Lopes Alves do original inglês, cotejado com “Die Todesstrafe - Herrn Cobdens Pamphlet - Anordnungen der Bank von England”. In: *Marx-Engels Werke*, Band 9. Berlin, 1960, pp. 506-13, bem como com a tradução francesa “Mesures de la Banque d’Angleterre - la peine de mort - Le pamphlet de M Cobden”. In: *Karl Marx Œuvres Politiques*, v. 2, t. 2 : Lettres sur l’Angleterre. Paris : Ancienne Librairie Scheleicher, 1929, pp. 133-7.

Esta tabela, como o *The Times* admite, mostra não somente suicídios, mas também os mais atrozes tipos de assassinatos, que se seguiram imediatamente após as execuções capitais. É assombroso que o artigo em questão não produza um único argumento ou um pretexto a favor da selvagem teoria que ali se propõe; e, além disso, é muito difícil, se não de todo impossível, estabelecer algum princípio sobre o qual possa ser fundada a justiça ou a conveniência da pena capital em uma sociedade que se vangloria de sua civilização. A punição, geralmente, tem sido defendida como um meio quer de melhoramento quer de intimidação. Que direito terias tu de punir-me para melhorar ou amedrontar outrem? E, além disso, há história – há uma coisa como a estatística – que prova com a mais clara evidência que desde Caim ninguém no mundo em nada foi amedrontado ou melhorado pela punição. Muito ao contrário. Do ponto de vista do direito abstrato, há somente uma e única teoria da punição que reconhece a dignidade em abstrato, a teoria de Kant, especialmente na fórmula mais rigorosa que lhe deu Hegel. Hegel diz:

A punição é o *direito* do criminoso. É um ato de sua própria vontade. A violação do direito foi proclamada pelo criminoso como seu próprio direito. Seu crime é a negação do direito. A punição é a negação daquela negação do direito e, conseqüentemente, uma afirmação do direito requerida e imposta a si mesmo pelo criminoso.

Há, sem dúvida, algo de sedutor nesta fórmula, pois Hegel, em lugar de ver no criminoso tão-somente um simples objeto, o escravo da justiça, o eleva ao patamar de um ser livre que se autodetermina. No entanto, olhando mais de perto a questão, descobrimos que o idealismo alemão, aqui, como em muitas outras ocasiões, nada mais faz que dar uma sanção transcendental às leis da sociedade existente. Não é uma ilusão substituir o indivíduo com seus reais motivos, com variadas circunstâncias sociais pressionando-o, pela abstração do “livre-arbítrio” – uma entre as muitas qualidades do homem em si! Esta teoria, que considera a punição resultado da vontade do próprio criminoso, é apenas a expressão metafísica do velho *jus talionis*: olho por olho, dente por dente, sangue por sangue. Falando claramente, e dispensando todas as paráfrases, a punição nada mais é que um meio de a sociedade defender-se contra a infração de suas condições vitais, qualquer que seja o caráter destas. Qual é o estado de uma sociedade que não conhece melhor instrumento para a sua própria defesa do que o carrasco, e que proclama por meio do “principal jornal do mundo” a sua própria brutalidade como lei eterna?

A. Quételet, em sua excelente e instrutiva obra *O homem e suas faculdades*, diz:

Se há uma *conta* que nós pagamos com assustadora regularidade é a de prisões, masmorras e cadafalsos.... Podemos até prever como muitos indivíduos irão manchar suas mãos com o sangue de seus semelhantes, como muitos serão os falsários, como muitos negociarão veneno, praticamente da mesma forma que podemos prever os nascimentos e mortes anuais.

E Quételet, em um cálculo das probabilidades de um crime, publicado em 1829, realmente predisse com espantosa segurança não somente o montante, mas todos os diferentes tipos de crime cometidos na França em 1830. Isto não é algo assim tão particular de uma instituição política de uma nação quanto das condições fundamentais da moderna sociedade *bourgeoise* em geral, a qual produz uma quantidade média de crimes em uma dada fração nacional da sociedade; pode-se observar isto na seguinte tabela, divulgada por Quételet para os anos de 1822-1824. Encontramos nela a porcentagem de criminosos condenados na América e na França:

| Idade | Filadélfia | França |
|------------------------|------------|--------|
| Menos de 21 anos..... | 19 | 19 |
| 21 a 30 anos..... | 44 | 35 |
| 30 a 40 anos..... | 23 | 23 |
| Acima dos 40 anos..... | 14 | 23 |
| Total..... | 100 | 100 |

Veja-se, deste modo, se os crimes observados em uma grande escala mostram, em seu montante e sua tipificação, a regularidade dos fenômenos físicos, se, como observa Quételet, “deveria ser difícil decidir a respeito de qual dos dois” (o mundo físico e o sistema social) “as causas atuantes produzem seus efeitos com a mais extrema regularidade”; não seria então o caso de refletir profundamente acerca de uma alteração do sistema que engendra esses crimes, em vez de glorificar o carrasco que executa um monte de criminosos somente para vagar as celas para outros tantos?

Um dos demais tópicos do dia é a publicação de um panfleto por Richard Cobden: 1793 e 1843, em Três Cartas (140 páginas). A primeira parte do panfleto, tratando do período da, e prévio à, Revolução de 1793, tem o mérito de atacar aberta e vigorosamente os preconceitos da velha Inglaterra a respeito daquela época. Cobden mostra que a Inglaterra foi uma parte agressiva na guerra revolucionária. Mas nisto ele não pode reivindicar originalidade, como o faz, pois repete, e de uma maneira muito pouco brilhante, as declarações dadas pelo maior

panfletário que a Inglaterra já teve, qual seja: o último William Cobbett. A outra parte do panfleto, embora escrito de um ponto de vista econômico, é de um caráter bastante romântico. Cobden forceja por provar que a ideia de que Luís Napoleão tem alguma intenção de invadir a Inglaterra é uma mera absurdidade; que todo barulho acerca do estado de defesa da nação não tem fundamento material, sendo propagandeado somente por pessoas interessadas no aumento dos gastos públicos. Por qual argumento ele prova que Luís Napoleão não tem intenções hostis para com a Inglaterra? Luís Napoleão, ele sustenta, não tem um arrimo racional para confrontar a Inglaterra. E como ele prova que a invasão estrangeira deste país é impossível? Por 800 anos, diz Cobden, a Inglaterra nunca foi invadida. E [como prova] que os argumentos daqueles que clamam pelo estado de defesa são meros interesses escamoteados? As mais altas autoridades militares declararam que se sentem bastante seguras disso!

Luís Napoleão nunca encontrou, nem mesmo na Assembleia Nacional, um crente mais crédulo em suas fidedignas e pacíficas intenções do que encontra agora, deveras inesperadamente, em Richard Cobden. O *The Morning Herald*, o habitual defensor de Luís Napoleão, em sua edição de ontem publicou uma carta endereçada a Richard Cobden, que alegou ter sido escrita sob inspiração imediata de Bonaparte em pessoa, na qual o príncipe-herdeiro de Satory assegura-nos que somente viria para a Inglaterra se a rainha, ameaçada em sua democracia por um levante, quisesse uns 200.000 de seus *décembraillards* ou tiras. Mas esta Democracia, de acordo com *The Herald*, nada mais seria que os Srs. Cobden & Cia.

Devemos confessar que, tendo lido o panfleto em questão, começamos a sentir uma apreensão com relação a algo como uma invasão da Grã-Bretanha. Cobden não é um profeta muito feliz. Após o veto da lei dos cereais, ele viajou pelo Continente, visitando inclusive a Rússia, e após seu retorno declarou que tudo andava bem, que os tempos de violência haviam passado, que as nações, profunda e avidamente envolvidas em empreendimentos industriais e comerciais, desejavam agora desenvolver de uma maneira calma os negócios, sem tempestades políticas, sem surtos ou distúrbios. Sua profecia mal tinha atingido o Continente, quando a Revolução de 1848 eclodiu perante toda a Europa e deu um eco algo irônico às plácidas predições de Cobden. Ele falou de paz de lá onde não havia paz.

Seria um enorme erro supor que a doutrina da paz da Escola de Manchester tenha uma reverberação filosófica profunda. Isso significa somente que o método feudal de guerrear foi suplantado por aquele comercial – pelos canhões do capital. A Sociedade da Paz ontem realizou um encontro em Manchester em que declarou quase unanimemente que não se poderia supor que Luís Bonaparte estivesse pretendendo nada contra a segurança da Inglaterra, *mas se a imprensa parar com suas odiosas acusações contra aquele governante, e se calar!* Ora, com uma declaração como esta, parece deveras curioso que a ampliação do orçamento do exército e da marinha tenha sido votada na Câmara dos Lordes sem oposição: nenhum dos membros do parlamento presentes à Conferência da Paz nada disse contra o aumento proposto para as forças armadas.

Durante a calma política produzida pelo recesso do Parlamento, eis os dois principais tópicos de que se ocupou a imprensa: o advento da *reforma eleitoral* e, por último, o *Regulamento das Compensações* do Banco da Inglaterra.

O *Times* do dia 24 informa o público que a *reforma eleitoral* está para sair. Que tipo de reforma eleitoral seria pode-se inferir da eleição de Sir. Charles Woods de Halifax para presidente do parlamento, na qual ele se declarou contrário ao princípio de *distritos eleitorais iguais*; quando da eleição de Sir. James Graham de Carlisle, ele rejeitou o *voto secreto*; e fez circular de modo confidencial um informe no qual mesmo a pequena reforma em doses homeopáticas, decidida em fevereiro de 1852 por Johnny Russell, é considerada assaz forte e perigosa. Mas vê-se aí algo ainda mais suspeito. O porta-voz do Ministério de Coalizão, *The Economist*, na edição de 22 de janeiro, declara que:

Que a reforma do nosso sistema representativo não constará tão cedo da lista de tópicos prementes ou de importância imediata, [mas igualmente que] *queremos preparar ingredientes para a ação legislativa*. A extensão, o ajuste, a depuração e redistribuição do direito de voto são ramos da questão, cada um dos quais demanda profunda reflexão, e muita pesquisa... Por isso, muitos de nossos parlamentares não chegaram a um consenso em torno das informações úteis acerca de todos ou de alguns destes pontos, *ouvidas todas as tendências, sem resultado*; tudo confuso, parcial e incompleto... O modo óbvio de remediar isso é por meio da instalação de uma *Comissão de Inquérito*, encarregada de investigar todos os pontos do tema direta ou remotamente conectados com o problema.

Assim, o ministro Matusalém deseja começar novamente os seus estudos políticos, *coram publico*** . Os colegas de Peel, de Melbourne, os subalternos de Canning, o tenente de Elder Grey, homens que servem sob o mando do lorde de Liverpool, outros tantos instalados no gabinete de lorde Grenville, todos os neófitos de meio século atrás, não estão dispostos, por inexperiência, a propor ao parlamento alguma decisiva medida de reforma eleitoral. Desta maneira, o antigo provérbio de que a experiência vem com a idade parece estar refutado. “Estes velhacos

** Diante do público. [N.T.]

numa coalizão de veteranos camaradas é algo assaz cômico para ser facilmente descrito”, exclama *The Daily News*, inquirindo: “Onde está sua reforma eleitoral?” *The Morning Advertiser* replica:

Estamos inclinados à opinião de que não deverá haver nenhuma reforma eleitoral durante a presente legislatura. Talvez haja alguma tentativa de legislar acerca da prevenção e punição de corrupção nas eleições e com respeito a alguma outra matéria de menor importância; um esforço para remediar males conectados às representações parlamentares da nação, no entanto, a legislação como tal não deverá merecer o nome de uma nova reforma eleitoral.

Com respeito às últimas Regulações de Compensação do Banco da Inglaterra, de saída um fortíssimo pânico foi suscitado por aquelas, agora já diminuído, e os homens de negócios, assim como os teóricos, avaliam que a presente prosperidade não deverá ser seriamente interrompida. Mas lê-se no seguinte extrato do *The Economist*:

Este ano, sobre uma imensa extensão de nossas terras de trigo, nada foi plantado. Sobre uma larga proporção de nossos solos argilosos, muitas das terras sobre as quais deveria haver trigo permanecem não semeadas, e as que o foram não estão em melhor situação: ou as sementes pereceram ou a planta floresceu muito pequena, ou foi destruída por pragas, bem como as perspectivas das terras ocupadas não são muito melhores que a daquelas não semeadas. O que pode tornar em breve impossível plantar em todas as terras cultiváveis.

Assim, a crise, temporariamente postergada pela abertura dos mercados e das minas californianas e australianas, inquestionavelmente acontecerá como um evento de extrema gravidade. As Regulações de Compensação do Banco da Inglaterra são somente o primeiro mau presságio. Em 1847, o Banco da Inglaterra alterou a taxa de compensação 13 vezes. Em 1853 deve haver um rol completo de medidas como estas. Concluindo, desejaria perguntar aos economistas da Inglaterra: se a moderna economia política começou sua luta contra o sistema mercantilista demonstrando que o influxo e o efluxo de ouro numa nação é indiferente, que produtos são trocados apenas por produtos, e que o ouro é apenas um produto como todos os outros, como é que a assim chamada verdadeira economia, agora no cume de sua carreira, está observando muito ansiosamente o influxo e o efluxo de ouro? “O objetivo real a ser cumprido pelas operações do Banco”, diz *The Economist*, “é prevenir uma exportação de capital”. Então, poderia *The Economist* prevenir uma exportação de capital na figura do algodão, do ferro, fios e materiais de lã? Ou teria *The Economist* nos últimos dias se convertido em mercantilista? E, após ter defendido a livre importação de capital estrangeiro, objetiva limitar a exportação de capital britânico? Após ter se liberado do civilizado sistema de proteção, quer agora recuar para aquele dos turcos?

Então, concluindo minha epístola, como informei, uma avaliação prevalecente nos círculos políticos que Gladstone está em divergência com vários membros líderes do Ministério de Aberdeen acerca do tema das *taxas de importação*, e que o resultado deste desentendimento deve ser provavelmente a demissão do honrado cavalheiro. Em todo caso, Sir. Francis Baring, antigamente chanceler do Erário Público sob o lorde de Melbourne, provavelmente será seu sucessor.

Escrito em 28 de janeiro de 1853. Publicado pela primeira vez em *New York Daily Tribune*, n. 3.695, 17 de fevereiro (edição noturna) e dia 18 (edição matutina), e no *Semi-Weekly Tribune*, n. 807, 18 de fevereiro de 1853; reimpresso na *New York Weekly Tribune*, n. 598, 26 de fevereiro, 1853.
Assinado: Karl Marx.

Reproduzido do *New York Daily Tribune*.